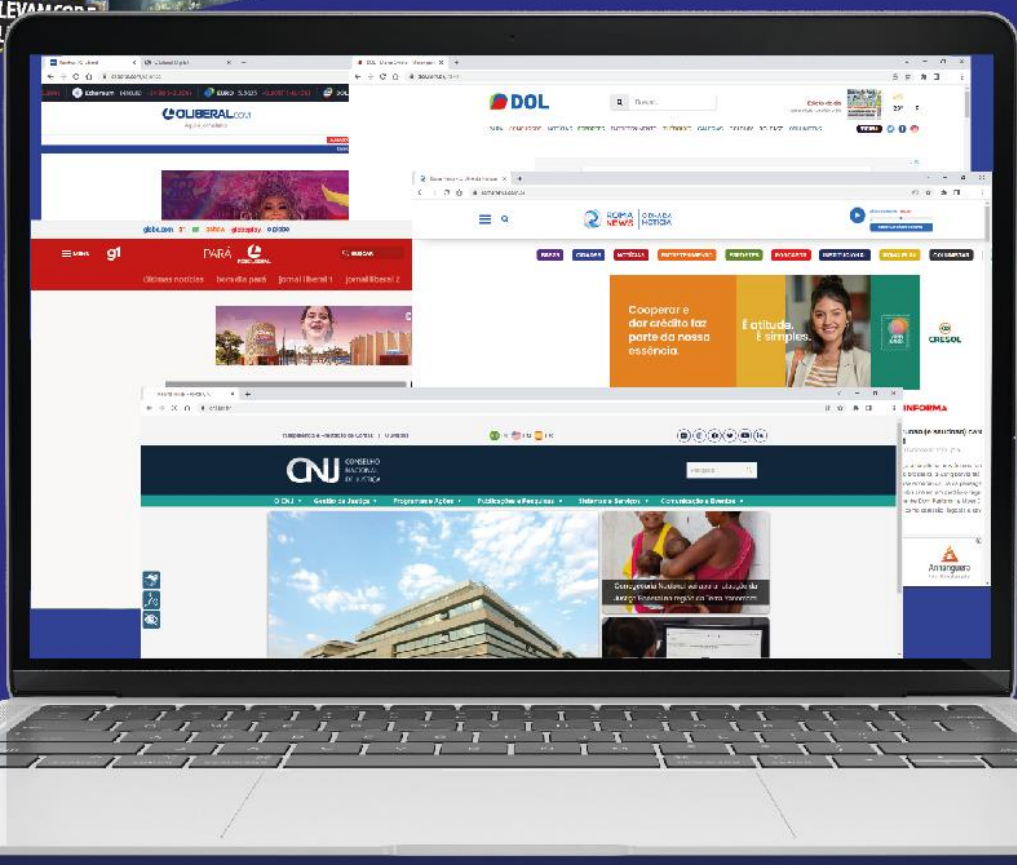




CLIPPING

Terça-feira
20 de junho
de 2023



REPÓRTER

70

> LIXO PREJUÍZO

Balanço de 2022 publicado neste mês pela Guamá Tratamento de Resíduos aponta que a empresa tem prejuízo mensal superior a R\$ 2,5 milhões por mês, em média, nas operações do aterro sanitário de Marituba. A companhia alega que o valor pago pelas prefeituras de Belém e Ananindeua não cobre os custos do serviço. Além disso, o município de Marituba, sede da unidade, é isento de pagamento. O balanço foi auditado pela Ernst Young. O resultado reforça a decisão da empresa de encerrar o recebimento do lixo doméstico das três cidades no dia 31 de agosto de ano, como definido em acordo mediado pelo Tribunal de Justiça do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



“A gente pede socorro”, diz morador

Integrante do Fórum Permanente Fora Lixão de Marituba, o morador Júnior Vera Cruz disse que há anos a população vem lutando para a retirada do empreendimento do município. Para denunciar os problemas sociais e ambientais causados pelo aterro, ele disse que os moradores já interditaram várias vezes a rodovia BR-316 e também fecharam o acesso ao local. “Fizemos isso porque ninguém estava nos ouvindo”, afirmou. “Marituba pede socorro. Esse empreendimento está nos maltratando. Nos ajude a resolver essa problemática”, disse.

Jacimar Silva mora no conjunto Albatroz, perto do aterro. Ela disse que, na audiência, estava com enjoo e com o corpo tremendo. “Ontem (domingo) à noite fechei muito. A gente inala. E fica com muita dor de cabeça e enjoo. Depois fica esse tremor no corpo. Toda noite é isso”, disse. “A gente não tem mais o direito de respirar direito. As crianças estão sofrendo. Pneumonia o tempo todo. A gente pede socorro, pois a situação é muito séria”, afirmou.



Neyson Martins Mendonça, da UPPA, disse que é preciso trabalhar em uma solução futura



Vanessa Mendes, titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, disse que o aterro precisa ser fechado



Jacimar Silva mora no conjunto Albatroz, perto do aterro. Ela disse que, na audiência, estava com enjoo e com o corpo tremendo



Promotora Eliane Moreira disse que para o MPPA não é mais possível atender o funcionamento do aterro



Júnior Vera Cruz integra o Fórum Permanente Fora Lixão de Marituba

DILSON PIMENTEL
Da Redação

“O Aterro Sanitário de Marituba não atende totalmente a legislação ambiental”, afirmou nesta segunda-feira (19) a promotora de Justiça Eliane Moreira, do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Pela manhã, ela conduziu uma reunião pública para tratar do tema na sede da instituição. Embora convidados, representantes das prefeituras de Belém e Ananindeua não compareceram. Já a Guamá Tratamento de Resíduos, que administra o empreendimento, informou que não foi convidada, e a Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) disse que “não recebeu relato ou solicitação de apoio por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Marituba acerca da questão descrita”.

Belém produz 70% dos resíduos sólidos que vão para o aterro. Ananindeua responde por 20% e Marituba, 4,3%. O restante é o material produzido por empresas particulares. Por decisão judicial, o aterro deverá encerrar suas atividades em 31 de agosto deste ano. Eliane Moreira disse que há a necessidade de adoção de medidas emergenciais em relação aos riscos e danos que têm sido observados. “É fato que, ao longo desses anos, esforços do Ministério Público têm sido realizados e que resultaram em algumas melhorias. Mas hoje a gente ainda não tem o equipamento funcionando plenamente dentro do que deveria existir”, disse.

Ela citou os riscos e danos: “Principalmente contaminação do solo, contaminação dos recursos hídricos, o odor que é fato inconste. O incômodo

olfativo diário da sociedade que não é meramente um incômodo de odor. Os relatos que nós temos de pessoas que passam mal, vomitam, têm ardência nos olhos, além de outras pessoas que relatam agravos mais sérios à saúde”.

Eliane disse que convocou a reunião para informar as medidas que o MPPA tem adotado. “É também para oportunizar que os poderes públicos e a empresa informem quais são as providências que têm sido adotadas e, principalmente, para ouvir a sociedade civil, para que a sociedade civil tome o papel de protagonista”, disse.

Entre as medidas importantes adotadas pelo MPPA, ela citou “a busca incessante do atendimento emergencial à saúde das famílias, potencialmente atingidas pelo aterro”. “Do ponto de vista do Ministério Público não é mais possível a extensão do funcionamento desse aterro”, disse.

“Os municípios já assumiram esse compromisso há muito mais de quatro anos e, inclusive, não concretizaram essas obrigações que foram inclusive assumidas judicialmente. Do ponto de vista do Ministério Público deveria existir uma decisão judicial que suspendesse o funcionamento e que inclusive aplicasse as multas devidas aos órgãos que não cumpriram seu papel”, afirmou.

A promotora sugeriu a criação do Fórum Metropolitano de Debates Sobre Resíduos Sólidos. “Esse fórum é para envolver a sociedade civil também como protagonista do tema. Nós vamos convidar a sociedade civil. Vamos convidar também os poderes públicos municipais, estaduais e todos os setores envolvidos, para fazer um debate técnico, um debate de participação contínua”, disse.



“É fato que, ao longo desses anos, esforços do Ministério Público têm sido realizados e que resultaram em algumas melhorias. Mas hoje a gente ainda não tem o equipamento funcionando plenamente dentro do que deveria existir.”

ELIANE MOREIRA
PROMOTORA DE JUSTIÇA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

É preciso trabalhar em solução futura, afirma professor da UFPA

O engenheiro sanitarista Neyson Martins Mendonça, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal do Pará (UFPA) disse na reunião que é preciso trabalhar em uma solução futura. "E essa solução futura agora está engajada numa etapa de pré-processamento e tratamento de resíduos. E isso perpassa a partir de localização de uma nova área e implantação de novas centrais de gerenciamento de resíduos", afirmou. Segundo ele, as centrais podem ser feitas nos três municípios com pré-processamento e o tratamento sequente em outra área.

O local deve ser onde haja a maior dispersão dos gases e maior ventilação, disse. "Um local onde também tem a distância das comunidades. E

na hora que a gente fizer o pré-processamento, ou seja, reaproveitando e reciclando em parte desse material, a área de exposição do aterro se torna menor e aí os impactos minimizam e a gente consegue controlar de uma forma mais efetiva e eficaz com sustentabilidade essa emissão dos gases".

A titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas) de Marituba, Vanessa Monteiro, disse que a prefeitura é a favor da retirada do empreendimento de Marituba. "Estamos diariamente na luta também para a retirada dele", afirmou. "Infelizmente, Marituba, sozinha, é voto vencido", afirmou. A secretária afirmou que também sente na pele os problemas relatados pelos moradores, pois reside na cidade.

Empresa e instituições se pronunciam

Em nota enviada à Redação, a Guamá Tratamento de Resíduos disse que "segue dialogando com o poder público e a população, apresentando soluções e aguarda definições acerca do tema". "Ao longo de sete anos, a empresa investiu mais de R\$ 150 milhões em tecnologias sustentáveis e incorporou referências internacionais no tratamento de resíduos e em segurança ambiental, mesmo acumulando um prejuízo próximo de R\$ 300 milhões, devido ao valor pago abaixo do custo do serviço", acrescentou a empresa. Já a prefeitura de Belém afirmou que firmou um acordo operacional com o governo do Pará para construir um novo aterro sanitário, com previsão de entrega para a COP 30. "A Prefeitura de Belém realizou consulta pública como uma ferramenta legítima, para que a população desse contribuições para o edital específico para coleta e limpeza. E, em breve, lançará um edital de Parceria Público e Privada (PPP) para modernizar a gestão de recolhimento, limpeza e destinação final dos resíduos sólidos na cidade", declarou a gestão. Já o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) informou que atua na coordenação de audiências de conciliação entre as partes desde 2019. O judiciário paraense declara que "prima pela busca de um acordo ou transação mediada por este Poder, cuja competência material foi firmada e prorrogada por convenção entre as partes, inclusive com manifestação favorável do Ministério Público do Pará", mas ressalva: "Fechar o aterro sanitário sem a devida segurança de um novo local adequado para a deposição implicará em gravíssimos problemas sanitários a toda a população da Região Metropolitana de Belém".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Bernardino Santos

bernardino@oliberal.com.br

YAMADA

Após recuperação judicial, o Grupo Yamada volta ao varejo com novo formato em 2024, com rede de lojas tipo médio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO****TRANSGÊNERO**

A juíza Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho, que responde pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua, julgou procedente ação indenizatória por danos morais movida por uma mulher transgênero contra uma empresa de bronzeamento localizada em Ananindeua. Na decisão, a magistrada destacou que a autora não foi devidamente atendida por ser mulher trans e, por isso, a empresa foi condenada a pagar indenização no valor de R\$ 6 mil. A magistrada entendeu que a empresa violou o direito constitucional à igualdade e ao direito das pessoas LGBTQIA+.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CELULAR VAI PASSAR POR PERÍCIA PF COMBATE ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL

Operação cumprindo um mandado de busca e apreensão na casa do suspeito do crime de armazenamento de material contendo cenas de exploração sexual infantil, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente

CRIME

A Polícia Federal deflagrou na manhã de ontem (19), a Operação Mr. Dizzy, para combater o crime de armazenamento de materiais relacionados ao abuso sexual infantojuvenil. No cumprimento do mandado de busca e apreensão, foi apreendido o telefone celular do investigado. O aparelho será submetido a exame pericial, para extração do seu conteúdo.

A ação visa colher mais provas, além das já reunidas no inquérito policial, tais como materiais relacionados a pornografia infantojuvenil armazenados nos dispositivos eletrônicos e identi-

ficações de outras condutas e pessoas envolvidas nos crimes.

O suspeito do crime de armazenamento de material contendo cenas de exploração sexual infantil foi identificado durante as investigações da Polícia Federal. Com isso, foi pedido o mandado de busca e apreensão, concedido pela 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém.

O investigado responderá pelo crime de armazenamento de pornografia infantojuvenil, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja pena pode atingir quatro anos de reclusão e multa.

O nome da operação, Mr. Dizzy - um personagem de cartum britânico - é uma alusão ao nome usado pelo alvo em suas redes sociais.



Policiais federais conseguiram identificar o suspeito e foram até a casa dele cumprir os mandados judiciais

FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MP expede recomendação para proteção de crianças e adolescentes

Na recomendação, é solicitada a rigorosa fiscalização e que os donos de bares e congêneres sejam orientados para não efetuarem a venda, fornecimento ou entrega de bebidas alcoólicas e cigarros para as crianças e adolescentes

DURANTE A EXPOAMA

DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da 10ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Marabá, Jane Cleide Souza, expediu recomendação ao Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais e organizadores da Expoama 2023 (Exposição Agropecuária de Marabá), que acontecerá no período de 5 a 9 de julho, para que autorizem somente a entrada de crianças e adolescentes no evento, nos termos prescritos na Portaria do Juízo da Infância e Juventude do município.

Além disso, o artigo 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê como infração administrativa a falta de observância do responsável ou do estabelecimento do acesso de criança e adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo. Terá uma multa de três a vinte salários de referência, em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.

Na recomendação, é solicitada a rigorosa fiscalização e que os

donos de bares e congêneres sejam orientados para não efetuarem a venda, fornecimento ou entrega de bebidas alcoólicas e cigarros para as crianças e adolescentes, tendo uma pena de detenção de 2 a 4 anos e multa se o crime não constitui crime mais grave.

Para efeitos da recomendação, considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e, adolescente, aquela entre 12 e 18 anos incompletos.

A participação das crianças e adolescentes em desfiles de beleza promovidos pela Expoama

2023 deverão ocorrer somente com autorização do Juízo da Infância e Juventude de Marabá.

Poderão ser adotadas pelo Ministério Público do Estado todas as medidas cabíveis, para que sejam observadas as medidas necessárias e apropriadas, caso não seja cumprida a recomendação.

Ans Conselheiros Tutelares de Marabá foi recomendado que atuem na aplicação de medidas de proteção e adoção de providências acerca de infrações administrativas com amparo do ECA, em caso de descumprimento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Foto: PCPA

Homem é preso acusado de estuprar criança de 11 anos em Ananindeua

POR ROMA NEWS | 19 DE JUN DE 2023, 09:49

COMPARTILHAR:



Equipes de Policiais Civis da Divisão de Atendimento ao Adolescente (DATA), através da Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e Adolescente (DEACA) de Ananindeua, deram cumprimento ao mandado de prisão preventiva, na manhã da última sexta-feira, 16, contra um homem suspeito de estupro de vulnerável.

Segundo relato da mãe da criança de 11 anos, o fato ocorreu no dia 5 de março deste ano, data em que o homem entrou na casa da vítima durante a madrugada e estuprou a menina, se aproveitando que a mãe estava ausente da residência, localizada no município de Ananindeua.

A criança foi encaminhada para perícia e o laudo sexológico confirmou a violência sexual. Finalizada a investigação, a autoridade policial representou pela prisão preventiva que foi devidamente deferida pela Justiça e cumprida na data de hoje.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O preso foi submetido a exame de corpo de delito e conduzido para central de triagem da Marambaia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Audiência volta a discutir fim do aterro de Marituba; cidades ainda não decidiram destino do lixo da região metropolitana de Belém

Aterro sanitário deve funcionar apenas até agosto deste ano.

Por g1 Pará — Belém

19/06/2023 18h52 · Atualizado há 16 horas



Aterro de Marituba — Foto: MPPA

Mais uma audiência pública, realizada nesta segunda-feira (19), discutiu o fim das atividades do aterro de [Marituba](#). O assunto já se arrasta há pelo menos dois anos e envolve os três maiores municípios da região metropolitana: [Belém](#), [Ananindeua](#) e Marituba.

A audiência ocorre após [pedido para federalizar o tema](#) feito pelo Ministério Público do Pará à Procuradoria Geral da República (PGR), apontando graves violações de direitos humanos na implantação e operação do aterro sanitário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

- [Compartilhe esta notícia no WhatsApp](#)
- [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

Quem mais sofre com os impactos provocados pelo lixo fez questão de participar. Um grupo representou comunidades localizadas no entorno do aterro.

O professor Neyson Martins, da Universidade Federal do Pará (UFPA), atua na área de engenharia sanitária e ambiental. Ele pontuou a falta de foco e as ações práticas nos debates sobre a solução para o destino do lixo nos três maiores municípios da região.

A audiência foi realizada pelo Ministério Público do Pará (MPPA), apresentando informações sobre a atuação do órgão nas discussões sobre a operação do aterro.

Representantes da empresa responsável pelas atividades do aterro, e das prefeituras dos três municípios, foram chamados, mas somente o município de Marituba enviou porta-voz para a reunião. O movimento "Fora Lixão" esteve presente no debate.

O encerramento das atividades do aterro está previsto para agosto deste ano. Dois meses do fim da operação as prefeituras ainda não apresentaram soluções para o destino do lixo.

São cerca de 1,5 toneladas de resíduos produzidas todo dia nas três cidades, e que ainda estão sem novo destino. A promotora Eliane Moreira destaca que é "necessária a tomada de decisão por parte dos poderes públicos municipais".

A empresa Guamá Tratamento de Resíduos disse que "sempre cumpriu as ordens judiciais, e conforme está previsto em acordo judicial firmado em 2021, deve encerrar o recebimento de resíduos no aterro em 31 de agosto.

A empresa disse, ainda, que mesmo com o fim das atividades vai manter ações de manutenção e controle ambiental, entre elas o tratamento do chorume e do biogás por até 20 anos. A medida é recomendada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça federaliza ação envolvendo construção de porto em Abaetetuba por empresa do ramo alimentício

Para o MPF, 'há indícios de que a área foi obtida de maneira ilegal, por meio de grilagem de terras'.

Por g1 Pará — Belém

19/06/2023 21h34 · Atualizado há 13 horas



Comunidades tradicionais em Abaetetuba, no Pará. — Foto: Reprodução / MPF

O Tribunal de Justiça do Pará reconheceu competência federal em ação envolvendo o terreno do terminal hidroviário, sob responsabilidade da empresa Cargill Agrícola, que está localizado em área do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso em [Abaetetuba](#), no nordeste do Pará.

A decisão atende pedido do Ministério Público Federal em ação proposta pela Defensoria Pública do Estado (DPE). O g1 procurou a empresa da indústria alimentícia, mas ainda não havia obtido resposta até a publicação da reportagem.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A ação pede realização de consulta prévia, livre e informada a comunidades tradicionais afetadas pela construção do porto em Abaetetuba.

Segundo o MPF, "é evidente a competência da Justiça Federal na ação considerando que o terreno está em terras de propriedade da União e sobreposto a comunidade agroextrativista assentada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)".

"O empreendimento vai afetar povos tradicionais da região, como os moradores do PAE Santo Afonso e comunidades quilombolas habitantes do entorno, que utilizam o meio fluvial como transporte", diz o órgão.

O MPF informa, ainda, que "a consulta prévia, livre e informada é um direito das comunidades tradicionais de serem ouvidas e participarem das decisões que afetem seus territórios, modo de vida e direitos". , citando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que prevê diálogo participativo, transparente e livre de pressões para atender a diversidade dos povos.

Na última semana, em outra ação, o MPF pediu à Justiça Federal que determine a suspensão de qualquer medida de implantação do projeto de construção do terminal hidroviário.

De acordo com as investigações, "há indícios de que a área destinada ao porto foi obtida de maneira ilegal, por meio de grilagem de terras".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



CIDADES

NOTÍCIAS

ENTRETENIMENTO

ESPORTES

PODCASTS

INSTITUCIONAL

SUSTENTABILIDADE

ROMA PLAY

COLONISTAS



Foto: TJPA

Briga por água condena pedreiro por homicídio em Belém; entenda

POR ROMA NEWS | 20 DE JUN DE 2023, 09:27

O pedreiro Cristian Jefferson Magalhães Pena foi condenado a um ano e dez meses de prisão por homicídio de um colega de trabalho, alvejado com seis facadas. O caso foi registrado em novembro de 2011, no canteiro de obras do Parque Ville, bairro do Tenoné, em Belém, e teria sido motivado após uma briga por causa de água.

Segundo o Tribunal de Justiça, nenhuma testemunha compareceu ao júri, nem mesmo a vítima que prestaria informações aos jurados por videoconferência, mas não conseguiu conexão. O julgamento ocorreu no Fórum Criminal de Belém, no bairro da Cidade Velha, nesta segunda-feira, 19.

A decisão acolheu a tese do defensor público Alex Mota Noronha, que requereu aos jurados a desclassificação para tentativa de homicídio culposo, e desistência voluntária por ter Jefferson permanecido no canteiro de obras até a chegada da polícia que o prendeu em flagrante.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Tudo aconteceu em novembro de 2011, durante o intervalo do almoço, em meio ao canteiro de obras do Residencial Park Ville, na avenida Augusto Montenegro, distrito de Icoaraci, Belém.

O atentado foi motivado por uma desavença entre o réu e a vítima, devido ao consumo excessivo de água na obra. Após o almoço, o réu consumiu muita água sem reabastecer o vasilhame fazendo com que a vítima se irritasse e atirasse um tijolo contra o réu.

O promotor do júri Samir Darhás Jorge sustentou a acusação requerendo aos jurados a condenação do réu como autor do crime de tentativa de homicídio. Em sua manifestação o promotor considerou a quantidade de facadas que a vítima sofreu, seis no total, destacando a intenção dolosa. Para a promotoria o antecedente criminal do acusado, já condenado por um homicídio de uma vítima envolvida com tráfico.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MPPA realiza audiência para discutir fim do aterro de Marituba, região metropolitana de Belém

POR ROMA NEWS | 19 DE JUN DE 2023, 23:57

COMPARTILHAR:



Uma audiência realizada pelo Ministério Público do Pará (MPPA) nesta segunda-feira, 19, falou novamente sobre o fim das atividades do aterro de Marituba. O assunto já está em pauta há quase dois anos e os três municípios estão inseridos: Belém, Ananindeua e Marituba.

Depois do pedido para federalizar o tema feito pelo MPPA à Procuradoria Geral da República (PGR) falando sobre as violações de direitos humanos na implantação e operação do aterro sanitário foi que audiência aconteceu.

Apenas o município de Marituba enviou porta-voz para a reunião. O movimento “Fora Lixão” esteve presente no debate.

O fim das atividades do aterro está previsto para agosto deste ano.

Todas as toneladas de resíduos produzidos diariamente em Belém, Ananindeua e Marituba seguem sem um novo destino.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Aterro de Marituba: 'Empreendimento não atende totalmente a legislação ambiental', diz MPPA

A promotora de Justiça Eliane Moreira citou os danos sociais e ambientais aos moradores do município; MPPA realizou audiência pública, nesta segunda-feira, para tratar do assunto



Dilson Pimentel
19.06.23 15h22



“O Aterro Sanitário de Marituba não atende totalmente a legislação ambiental”, afirmou, nesta segunda-feira (19), a promotora de Justiça Eliane Moreira, do Ministério Público do Estado do Pará. Pela manhã, ela conduziu uma reunião pública para tratar desse tema. Embora convidados, representantes das

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

prefeituras de Belém e Ananindeua não compareceram à reunião. Já a Guamá Tratamento de Resíduos, que administra o empreendimento, informou que não foi convidada, e o Governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), disse que “não recebeu relato ou solicitação de apoio por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Marituba acerca da questão descrita”.

Belém produz 70% dos resíduos sólidos que vão para o aterro. Ananindeua responde por 20% e Marituba, 4,3%. O restante é o material produzido por empresas particulares. Por decisão judicial, o aterro deverá encerrar suas atividades em 31 de agosto deste ano.

A promotora Eliane Moreira disse que há a necessidade de adoção de medidas emergenciais em relação aos riscos e danos que têm sido observados a partir do funcionamento do empreendimento. “É fato que, ao longo desses anos, esforços do Ministério Público têm sido realizados e que resultaram em algumas melhorias. Mas hoje a gente ainda não tem o equipamento funcionando plenamente dentro do que deveria existir”, disse.

Ela citou esses riscos e danos: “Principalmente contaminação do solo, contaminação dos recursos hídricos, o odor que é fato inconteste. O incômodo olfativo diário da sociedade que não é meramente um incômodo de odor. Os relatos que nós temos de pessoas que passam mal, vomitam, têm ardência nos olhos, além de outras pessoas que relatam agravos mais sérios à saúde”.



O Aterro Sanitário de Marituba não atende totalmente a legislação ambiental”, afirmou, nesta segunda-feira (19), a promotora de Justiça Eliane Moreira, do Ministério Público do Estado do Pará. ora (Ivan Duarte/O Liberal)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A promotora de Justiça Eliane Moreira disse que, para essa reunião pública, o MPPA convidou a sociedade civil, os poderes públicos e a empresa, para informar as medidas que o Ministério Público tem adotado. “E também para oportunizar que os poderes públicos e a empresa informem quais são as providências que têm sido adotadas e, principalmente, para ouvir a sociedade civil, para que a sociedade civil tome o papel de protagonista, de ator nessa nesse debate sobre resíduos sólidos na região metropolitana que tem como aí uma das principais questões a destinação final desses resíduos por meio do aterro sanitário”, disse.

Entre as medidas importantes adotadas pelo MPPA ela citou “a busca incessante do atendimento emergencial à saúde das famílias, potencialmente atingidas pelo aterro”. O aterro deverá encerrar suas atividades em agosto deste ano. “Do ponto de vista do Ministério Público não é mais possível a extensão do funcionamento desse aterro. Então o entendimento do Ministério Público é que é urgente a medida de alternativa da destinação final de resíduos sólidos”, disse.

“Esse é um compromisso ao qual os municípios já assumiram esse compromisso há muito mais de quatro anos e, inclusive, não concretizaram essas obrigações que foram inclusive assumidas judicialmente. Do ponto de vista do Ministério Público deveria existir uma decisão judicial que suspendesse o funcionamento e que inclusive aplicasse as multas devidas aos órgãos que não cumpriram seu papel”, afirmou.

Promotora sugeriu criação do Fórum Metropolitano de Debates Sobre Resíduos Sólidos

A promotora também sugeriu a criação do Fórum Metropolitano de Debates Sobre Resíduos Sólidos. “Esse fórum é para envolver a sociedade civil também como protagonista do tema. Nós vamos convidar a sociedade civil. Vamos convidar também os poderes públicos municipais, estaduais e todos os setores

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

envolvidos, para fazer um debate técnico, um debate de participação contínua”, disse.

O engenheiro sanitarista Neyson Martins Mendonça, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal do Pará, participou da reunião pública. Ele disse que, em relação ao encerramento do Aterro Sanitário de Marituba, é preciso trabalhar em uma solução futura.

“E essa solução futura agora está engajada numa etapa de pré-processamento e tratamento de resíduos. E isso perpassa a partir de localização de uma nova área e implantação de novas centrais de gerenciamento de resíduos”, afirmou. Segundo ele, essas centrais podem ser feitas nos três municípios com pré-processamento e o tratamento sequente numa outra área a ser feita.

Ainda conforme Neyson Martins, o local ideal para fazer essa disposição dos resíduos sólidos deve ser em um local onde haja a maior dispersão dos gases e maior ventilação. “Um local onde também tem a distância das comunidades. E, na hora que a gente fizer o pré-processamento - ou seja, reaproveitando e reciclando em parte desse material - a área de exposição do aterro se torna menor e aí os impactos minimizam e a gente consegue controlar de uma forma mais efetiva e eficaz com sustentabilidade essa emissão dos gases”, afirmou.

A secretária municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas) de Marituba, Vanessa Monteiro, disse que a prefeitura local é a favor da retirada do empreendimento de Marituba. “Estamos diariamente na luta também para a retirada dele”, afirmou. “Infelizmente, Marituba, sozinha, é voto vencido”, afirmou. A secretária afirmou que também sente na pele os problemas relatados pelos moradores, pois reside em Marituba.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Jacimar Silva, 46 anos, mora no conjunto Albatroz, perto do aterro. “Ontem (domingo) à noite fedeu muito. A gente inala. E fica com muita dor de cabeça e enjoo. Depois fica esse tremor no corpo. Toda noite é isso”, disse (Ivan Duarte/O Liberal)

"A gente pede socorro, pois a situação é muito séria", diz moradora

Integrante do Fórum Permanente Fora Lixão de Marituba, Júnior Vera Cruz disse que, há anos, a população lutando para a retirada do empreendimento do município. Para denunciar os problemas sociais e ambientais causados pelo empreendimento, ele disse que os moradores já interditaram, várias vezes, a BR-316 e também fecharam o acesso ao aterro. “Fizemos isso porque ninguém estava nos ouvindo”, afirmou. “Marituba pede socorro. Esse empreendimento está nos maltratando. Nos ajude a resolver essa problemática”, disse.

Jacimar Silva, 46 anos, mora no conjunto Albatroz, perto do aterro. Ela disse que, na audiência, estava com enjoo e com o corpo tremendo. “Ontem (domingo) à noite fedeu muito. A gente inala. E fica com muita dor de cabeça e enjoo. Depois fica esse tremor no corpo. Toda noite é isso”, disse. “A gente não tem mais o direito de respirar direito. As crianças estão sofrendo. Pneumonia o tempo todo. A gente pede socorro, pois a situação é muito séria”, afirmou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Posicionamentos

Em nota, a Guamá Tratamento de Resíduos disse que “segue dialogando com o poder público e a população, apresentando soluções e aguarda definições acerca do tema”. “Ao longo de sete anos, a empresa investiu mais de R\$ 150 milhões em tecnologias sustentáveis e incorporou referências internacionais no tratamento de resíduos e em segurança ambiental, mesmo acumulando um prejuízo próximo de R\$ 300 milhões, devido ao valor pago abaixo do custo do serviço”, acrescentou a empresa.

Já a Prefeitura de Belém afirmou que firmou um acordo operacional com o Governo do Pará para construir um novo aterro sanitário, com previsão de entrega para a COP 30. “A Prefeitura de Belém realizou consulta pública como uma ferramenta legítima, para que a população desse contribuições para o edital específico para coleta e limpeza. E, em breve, lançará um edital de Parceria Público e Privada (PPP) para modernizar a gestão de recolhimento, limpeza e destinação final dos resíduos sólidos na cidade”, declarou a gestão.

Já o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) informou que atua na coordenação de audiências de conciliação entre as partes desde 2019. O judiciário paraense declara que “prima pela busca de um acordo ou transação mediada por este Poder, cuja competência material foi firmada e prorrogada por convenção entre as partes, inclusive com manifestação favorável do Ministério Público do Pará”, mas ressalva: “Fechar o aterro sanitário sem a devida segurança de um novo local adequado para a deposição implicará em gravíssimos problemas sanitários a toda a população da Região Metropolitana de Belém”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br